

RESENHA

Scliar, M. (2005). *Do mágico ao social: trajetória da saúde pública*. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo.

O texto de Moacyr Scliar, intitulado *Do Mágico ao Social: trajetória da saúde pública* carrega em seu eixo a expressão característica de seu título: os caminhos percorridos pela condição humana quando esta se deparou com a essência de sua existência: a saúde e a doença. Tais caminhos “voam” pela história e apresentam pequenos pousos sobre os períodos marcantes e que ilustram os olhares e as características das matrizes do pensamento sobre o paradoxo saúde-doença segundo o momento histórico em que se encontram.

O olhar mágico representa a doença quando as construções dos saberes e as diversas unidades (medos, anseios, angústias, entre outras) da relação do homem com o mundo se manifestam a partir da estrutura do pensamento mítico. Sob esta perspectiva, a doença se desencontra das causas biológicas e passa a ser acreditada como decorrência da influência de demônios e da maldição de povos inimigos. Neste cenário, cabe ao feiticeiro ou xamã convocar os espíritos capazes de curar o doente.

Na Grécia Antiga, a saúde perpassa os caminhos da harmonia encontrada no equilíbrio do corpo e da mente. Na obra hipocrática, a observação empírica revela as prerrogativas da concepção epidemiológica para a problemática da saúde-enfermidade em que os fatores ambientais ganham força nesta perspectiva. O método científico e a experimentação ainda não chegaram, mas a observação e o registro lógico já se faziam presentes.

Com a chegada do Cristianismo, o processo de adoecimento também era visto como recurso para a purificação espiritual, em que a cura poderia ser alcançada segundo o merecimento do doente. Sob esta ótica, as epidemias ocorriam devido aos castigos divinos sendo que, em suas bases, se encontravam os pecados da humanidade.

Durante a idade média, o embate entre a Igreja e os “Conhecimentos Pecadores” ganhava, cada vez mais, força. A alquimia não poderia ser aceita já

que propunha a cura desligada da fé. Neste cenário de combate, o protestantismo se fortalece e oferece proteção ao desenvolvimento da alquimia.

Ainda no período da Idade Média, o corpo já não consegue se proteger de sua condição estritamente sagrada e inviolável. A anatomia inicia seus procedimentos dando significados ancorados para o desenvolvimento da medicina moderna.

Ao continuar com os passos pela história, os questionamentos que permeavam os séculos XVII e XVIII abrangiam as questões relacionadas às intervenções do estado com os civis. Os fisiocratas lutavam por sua liberdade econômica face às políticas autoritárias e absolutistas da época. Sob estes princípios, surgem no século XVIII na Alemanha intervenções do Estado no campo da Saúde Pública. A ideia de ordem universal e centralizadora e a concepção sanitaria se fizeram presentes de maneira marcante na Alemanha.

O iluminismo de Rousseau e Locke destacava a importância dos exercícios físicos como “regras para o bem viver” e Mercuriales anunciava que eram preferíveis os exercícios a medicamentos.

A Revolução Industrial foi marcada pelo trabalho pesado infantil e feminino. Não muito diferente da Antiguidade, como em Esparta em que a infância durava pouco dando lugar ao precoce mundo adulto. Na China, as crianças só recebiam nomes caso sobrevivessem à varíola.

No século XIX, o olhar científico foi marcado, a priori, por outro olhar: o olhar contábil. Os pesos e as medidas tiveram na matemática numérica o impulso para a quantificação dos fenômenos vitais e sociais. Nesta linha, novas medidas fizeram parte do exame do paciente: a contagem do pulso e a medida da temperatura corporal.

As medidas numéricas também se encontraram com as unidades subjetivas, no caso, a psicométrica. Binet foi ícone quando desenvolveu o teste de aptidão mental e a medida do Quociente de Inteligência (QI).

Entretanto, ainda que os avanços da estatística em saúde fosse notável, este mecanismo não era suficiente para dar conta de explicar os processos de gênese e distribuição das doenças. Era necessário, então, que se coletassem dados nos locais de emancipação das doenças. A partir deste quadro, a epidemiologia começava a ganhar mais propriedade.

O olhar epidemiológico procurava classificar e traçar a história natural de cada doença. Os epidemiologistas realizavam suas análises segundo as análises

estatísticas mas também por meio das associações observadas em cada tipo de enfermidade.

Após a Revolução Industrial, os centros urbanos industriais cresceram rapidamente e com isso, a epidemia e proliferação de doenças ganhava, cada vez mais, maior expressão. Diante disso, o olhar matemático, epidemiológico e microscópico não conseguia conter tamanha proliferação. Surge a necessidade de dar margem para uma faceta da saúde e da doença – o olhar social.

De fato, a seguridade social trouxe grandes benefícios para a população. A assistência não era mais compreendida como um ato de caridade, tratava-se de um direito adquirido. Os empresários também se beneficiaram com esta medida uma vez que os empregados adoeciam menos.

Diante dos olhares históricos dispostos há pouco, a parte final da obra de Scliar compreende a conceituação e as características da Saúde Pública, tanto em uma perspectiva nacional quanto internacional. A partir da definição de saúde proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 1948, o autor analisa esta definição em detalhes. Tal definição proposta pela OMS consiste em: “Saúde é o estado de mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade.”

No início do século XXI, a Saúde Pública se defronta com um cenário em que um terço dos óbitos se devia a doenças infecciosas e parasitárias (enfermidades respiratórias, diarreias, tuberculose, AIDS, malária) e outro terço era oriundo de doenças cardiovasculares. Entretanto, nas últimas décadas deste século, os avanços no controle deste tipo de doenças foram substanciais.

Já nos aportes finais, Moacyr Scliar destaca duas provisões da OMS para 2025, que é o aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de fecundidade. Nas conclusões, o autor sintetiza a trajetória da Saúde Pública segundo as indicações históricas de sua obra, ressaltando a necessidade da Saúde Pública ganhar cada vez mais o adjetivo social em seu corpo teórico e aplicado, tornando vivo e real o direito de usufruto em sua condição: saúde.

Marcelo Simões Mendes

Doutorando pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Contato: m_smendes@yahoo.com.br